

Simples, e errado

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

O programa de governo divulgado nesta semana pelo presidente Lula não traz metas quantitativas. Em compensação, o documento oferecido dias antes pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) define objetivos e números bastante precisos — e que estão errados.

A idéia do CDES é a seguinte: mantida a política econômica, com metas de inflação e superávit primário (a economia que o governo faz para pagar juros), a taxa de juros fatalmente vai cair. O documento supõe que a taxa real de juros, hoje em torno de 10% ao ano, possa despencar para 3% em apenas cinco anos. Na verdade, seria preciso muita sorte, uma exuberante conjuntura internacional e muitas medidas internas, como as reformas microeconômicas que visem a dar garantia jurídica aos créditos, para uma queda nessa velocidade. Mas há um consenso de que, preservado o quadro macroeconômico, a taxa é declinante. Assim, até 2010, a cada ano a conta de juros paga pelo governo deve ser menor.

Hoje, os juros nominais pagos pelo governo anualmente — incluindo todo o setor público — equivalem a cerca de 8% do PIB, algo como R\$ 160 bilhões, sempre arredondando. Ora, diz o CDES, caindo a taxa de juros, em 2007, o governo gastaria apenas 7% do PIB na despesa financeira, de modo que sobraria 1% — ou cerca de R\$ 20 bilhões, em dinheiro de hoje. Logo, vamos gastar essa sobra. O documento calcula a sobra anual e conclui que, até 2010, o governo terá nada menos que R\$ 181 bilhões para gastar em educação, saúde, bolsas, ciência e tecnologia e obras diversas.

Como se vê, números bem definidos. E parece simples, não é mesmo? Simples e errado. Não sobra dinheiro porque o governo não paga de fato toda a conta de juros.

Eis como a coisa se passa, conforme o balanço de 12 meses fechado em julho último: da conta anual de R\$ 160 bilhões, o governo pagou efetivamente cerca de R\$ 87 bilhões — que foi o dinheiro do superávit primário, equivalente a 4,33% do PIB. E os outros R\$ 73 bilhões? Foram rolados no mercado, refinanciados, ou seja, o governo lançou títulos e assim tomou empréstimo para cobrir aquela parte dos juros.

Assim, se a conta de juros fosse menor, digamos, de R\$ 140 bilhões — e mantido o superávit primário, como o CDES diz que vai manter — a matemática ficaria assim: o governo continuaria pagando de fato, *cash*, os R\$ 87 bilhões do superávit primário, dinheiro do Orçamento obtido com a arrecadação de impostos, e ainda faltariam R\$ 53 bilhões, a serem refinanciados.

Logo, não sobrariam recursos orçamentários para gastar. Apenas o refinanciamento dos juros, ou déficit nominal do governo, seria menor. Só haveria alguma sobra de fato quando a conta de juros fosse inferior ao total do superávit primário.

Para se ter uma idéia, isso estaria acontecendo hoje se a taxa básica de juros, essa definida pelo Banco Central, de 14,25% nominais e 10% reais, fosse de pelo menos a metade disso. Como isso só deve ocorrer, com sorte, dentro de uns cinco anos, até lá não tem dinheiro sobrando.

Mas o documento do CDES vai além. Sustenta que é possível, ao mesmo tempo, aumentar os gastos públicos desde já, manter o superávit primário, reduzir a dívida pública como proporção do PIB e ainda por cima reduzir a carga tributária para 33% do PIB, quase cinco pontos abaixo do nível atual.

Um milagre.

Só mais uma continha para não aborrecer a leitora e o leitor. No cenário definido pelo CDES, teríamos, em 2010, arrecadação de tributos de 33% do PIB e gastos assim: 4,5% do PIB com o superávit primário; 13% com Previdência (na verdade mais, pois o salário mínimo vai aumentar 6% reais todos os anos, diz o documento); 6% com educação; 6% com saúde; 1,2% com ciência e tecnologia; mais uns 2% com obras de infra-estrutura. Somou? Pois é, já deu os 33%. Não sobrou nada para todo o resto do governo.

O ministro Tarso Genro, encarregado do CDES, disse que o documento resultou de colaborações de muita gente, incluindo ministros e empresários, técnicos do governo e do setor privado, como os da FGV, e assim por diante.

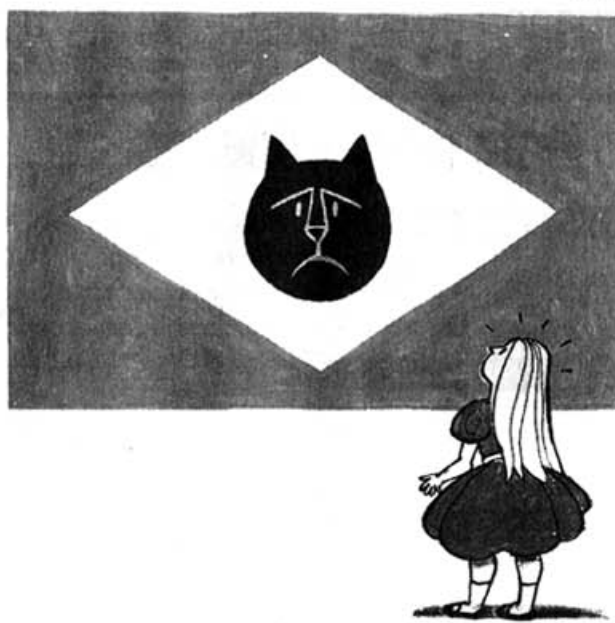
Deve haver nesse grupo quem acredite nesse mito ridículo, alimentado tanto tempo pela esquerda — o de que basta reduzir o pagamento de juros que sobra dinheiro para gastar com o povo. (O outro é o de que não existe déficit na Previdência.) Mas as principais lideranças empresariais, os ministros da Fazenda e do Planejamento, o presidente do BC e tantos outros sabem que é uma bobagem monumental.

Ou não viram o texto final, ou viram e pensaram: “Deixa pra lá, não vale nada mesmo.” Como o programa oficial não explica nada, ficamos sabendo que o governo quer gastar mais e está procurando mágicas para arranjar dinheiro. Conhecemos essa história.

CARLOS ALBERTO SARDENBERG é jornalista. E-mail: sardenberg@cbln.com.br.

VERISSIMO Pela chatice

Marcelo



“Curiouser and curiouser” dizia a Alice a cada nova surpresa do país das maravilhas em que caíra. Nosso país também fica cada dia mais curioso.

É curiosíssimo, por exemplo, que se chegue simultaneamente a um descrédito quase total da classe política e a uma maturidade política inédita. Que se valorize como nunca a prática democrática e ao mesmo tempo se desespere como nunca dos praticantes. Você pode ter a explicação que quiser para o fato de esta campanha eleitoral estar sendo, assim, tão chocha — resignação com a vitória já anunciada do Lula, candidatos insípidos com exceção da Heloísa Helena, etc. além de, claro, o próprio nojo com os políticos — mas o principal significado do aborrecimento generalizado é que, aleluia, o processo democrático se banalizou entre nós. Não é mais uma ruptura da normalidade, é a normalidade.

É curiosíssimo que alguém como o Fernando Henrique, que — vamos ser justos com o homem — foi um dos responsáveis por esta normalidade atingida, se mostre agora

Mas a Alice, se caísse no Brasil, acharia o mais curioso de tudo estes sentimentos que deveriam se anular num país menos estranho e aqui coexistem: a certeza finalmente sacramentada pelas denúncias de cada dia que os políticos são todos iguais, e todos safados, e a aceitação da política como um fato corriqueiro, e insubstituível. A pregação golpista ainda existe, às vezes vindo de quem diria? Mas o país parece ter feito uma opção preferencial pela chatice democrática.

O vilão sou eu?

WAGNER TISO

Acho que posso dizer, com orgulho, que sou um artista com vínculos pré-históricos com o Partido dos Trabalhadores. Mas nunca ofereci, em sacrifício, a minha independência para pensar. O fato é que na certidão de nascimento do PT consta o meu nome, e nos alicerces de fundação há rastros do meu esforço pessoal para coletar assinaturas de adesão ao partido. Participei de todas as campanhas presidenciais. Muitas vezes, lá no início, carregava o teclado nas costas para animar os comícios petistas. Nada disso impediu minha convivência com intelectuais e gente do mundo artístico com posições políticas diferentes da minha. Na democracia pela qual me bato há espaço amplo para divergências políticas.

Meu velho coração de estudante palpitou quando Lula ganhou a eleição. Essa jornada para a ascensão do PT ao poder foi longa. Conhecendo os obstáculos históricos e os preconceitos enraizados na sociedade brasileira, nem pensei que pudesse estar vivo quando a faixa presidencial fosse cru-

zada no peito de um operário metalúrgico. Aconteceu antes do que eu esperava. Vivi o bastante para ver.

Assim, era natural a minha presença na casa do ministro Gilberto Gil, no Rio, durante o encontro de intelectuais e artistas com o presidente Lula. Naquela noite recebi uma emocionante e inesperada homenagem do presidente. Havia o calor da amizade e muita sinceridade nas palavras dele quando me agradeceu pela entrevista que dei ao GLOBO, em setembro de 2005. Naquela ocasião, defendi o que acredito e critiquei o que condeno, como foi o caso do uso de caixa dois nas campanhas políticas do partido. A oposição concentrava todas as forças para abalar o governo. Havia um cheiro de golpe branco no ar, denunciado com precisão e coragem pelo professor Wanderley Guilherme dos Santos.

Convidado para aquela entrevista (do ano passado), publicada pelo GLOBO, defendi um governo no qual acredito. Não vacilei em dizer como via as coisas. Disse o que disse — e repetiria, se preciso fosse — exatamente por acreditar que Lula não rasgou o compromisso com a ética, uma das principais razões pelas

quais eu e tantos outros artistas aderimos à causa petista.

Cercado pelos repórteres ao sair do encontro com Lula, eu disse uma frase que, no tumulto, escapou do contexto. Um erro meu e não dos repórteres. Nela vi, posteriormente, que passei a impressão de repudiar a ética. Mas não é assim que penso e ajo, conforme disse em carta publicada pelo jornal O GLOBO e desconsiderada na sequência dos acontecimentos. Minha vida, com indissolúvel ligação entre as atitudes pessoais e as ações artísticas, é a expressão do meu compromisso com a seriedade e a lisura. Nada me fará me esquecer de quem sou! Eu repudiei, sim, a manipulação do discurso sobre a ética, proposta pela oposição. É uma preocupação farisaica. Uma cortina de fumaça que oculta uma disputa implacável pelo poder. Olhem só para a cara dos principais porta-bandeiras do movimento. São vigaristas políticos que enriqueceram na vida pública sem qualquer preocupação com o caos social que vem se formando no Brasil. Eles dão as costas para a população carente e vomitam um discurso hipócrita sobre ética. É isso que repudio. Nesse contexto é que peço que seja in-

serido meu sentimento real, traído por uma frase mal colocada. A falta de traquejo para enfrentar um batalhão de perguntas — algumas muito agressivas — me fez tropeçar no meu próprio discurso. Agora vejo a frase como alavanca de um debate no qual faço o papel de vilão. Vilão, eu? Eu que pautei toda a minha vida em atitudes éticas. O pano de fundo é atingir Lula e o PT. Um governo que tem, segundo o Datafolha, 52% de aprovação da sociedade no patamar do “ótimo e bom”.

O Brasil precisa mesmo de um debate sobre ética. Sério e fecundo. Mas, por favor, não a partir da manipulação cruel de uma frase minha.

Quando a fumaça desse momento se esvaia, será possível ver em cena os vilões de sempre. Eu me refiro àqueles que, historicamente, saquearam os cofres públicos e trouxeram o país a essa complicada situação de violência e insegurança. Um país, além do mais, marcado mundialmente pela vergonhosa distribuição de renda que desenha o mapa de uma sociedade injusta. Uma injustiça que faz corar aqueles que, de fato, reverenciam a ética.

WAGNER TISO é músico.

Entre negros e pardos

NEI LOPES

“Divide e impera!” Esta frase, atribuída a Maquiavel, define uma das estratégias mais eficazes em todo tempo e lugar. E foi ela que, desde mesmo antes da Conferência de Berlim, em 1885, sempre marcou as relações colonizadoras e coloniais entre europeus e nativos na África e entre os descendentes de ambos nas Américas.

Chegados aqui para o trabalho escravo, os africanos eram classificados não por etnias e sim por regiões de embarque ou apresamento, o que já representava uma divisão, com indivíduos pertencentes a grupos étnicos diversificados e muitas vezes antagonísticos recebendo denominações arbitrárias, como “minas”, “benguelas”, “ambacas” etc., em detrimento de suas orgulhosas tradições clínicas e ancestrais, todos misturados no mesmo balaio supostamente distintivo, apenas pela coincidência do porto de embarque.

Depois, eram categorizados por local de nascimento. Os nascidos do outro lado do Atlântico eram naturalmente africanos, “de nação”, sendo não raro inferiorizados em relação aos “crioulos”, nascidos em solo americano e, assim, supostamente mais afei-tos ao trabalho, por razões ecológicas, de aclimação. Dividia-se também a massa escrava em “ladinos” e “boçais”, os primeiros, em geral crioulos, já dominando, de uma certa forma, a língua do colonizador, enquanto que os outros, como suposto sintoma de apoucamento mental, permaneciam falando o que se considerava algaravias, caçanjes, “dialetos” — como

aliás, até hoje, popularmente, no Brasil se adjetiva qualquer língua africana, mesmo as veiculares, de larga circulação e com milhões de falantes, como o ssaile e o hauçá.

Numa outra ponta do novo e estendendo sobre o assunto o amplo lençol das relações jurídicas, distinguiram-se também as vítimas diretas ou indiretas da escravidão em escravos, libertos e livres — sem que a condição de liberto ou livre representasse muita coisa em termos de direitos de cidadania, haja vista o caso dos *affranchis*, nas colônias francesas, e dos *apprentices*, nas colônias inglesas, submetidos a uma espécie de “estágio” até serem considerados “aptos para a liberdade”.

Uma última categorização era feita a partir da cor da pele, o que distinguia, no Brasil, os “pretos”, dos “mulatos” e dos “cabras”. E esta foi a classificação, baseada unicamente na fenotípia e basicamente na cor da pele — num momento em que o Brasil procurava a todo custo, principalmente na aparência externa, desaficanizar-se — que o escravismo deixou como herança à decantada democracia racial brasileira.

A antagonização entre “pretos” e “pardos” já tinha sido utilizada com relativo sucesso pelos franceses na Revolução Haitiana, na virada para o século XIX. E a desaficanização da população não-branca era o grande objetivo dessa estratégia.

Inculcando na mente dos indivíduos a falsa premissa de que todo afri-

cano é, em princípio, um ser inferior, o racismo divide e domina. E foi isso que fez uma certa ciência, negando as origens núbias (negras) do Egito faraônico ou não acreditando nelas; ou estudando a África só a partir do advento do tráfico atlântico e não de sua rica Antiguidade e de sua pujante Idade Média; ou ocultando a influente presença negra da Península Ibérica desde o século XV, o que repercutiu fortemente, até mesmo do ponto de vista biológico, na constituição da população brasileira, da caribenha e da centro-sul-americana.

Além disso, quando se esconde a ascendência africana de um grande personagem do passado, a pretexto de “limpar” sua biografia e preservá-lo da pecha de inferior, como ainda se faz no Brasil, sonega-se um tipo de informação que pode ser muito útil à emocionalidade e à construção da auto-estima do indivíduo afro-brasileiro, principalmente a daquele ainda em formação.

Foi por isso que, na prática diária, para tornar visível a importante participação da matriz africana na formação da sociedade brasileira e na civilização universal, e para constituir um corpo coeso na luta pelos direitos civis dos descendentes de africanos, o movimento social dos negros, no Brasil, cunhou o termo “afro-descendente”, englobando “pretos”, “pardos” e outras designações para as pessoas outrora chamadas “de cor”, numa única adjetivação: “negro”. Assim, nós, por exemplo, em nosso trabalho, de-

finimos como “negro” todo descendente de negros africanos, em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada historicamente e, no caso de pessoas vivas, seja reconhecida ou autodeclarada pela pessoa objeto da classificação, como é o nosso caso particular.

Pensando e agindo assim, nós, embora de pele menos pigmentada que muitos dos nossos familiares (mesmo porque o tempo, ironicamente, encarrega-se de clarear os mulatos: de Machado de Assis a Dorival Caymmi, passando por Sylvio Caldas e muitos outros), sentimo-nos profundamente chocados e ofendidos com a afirmação do jornalista Ali Kamel, veiculada no fim de semana de 19-20 de agosto, segundo a qual “os negros usam os pardos para engordar os números da miséria mas depois se afastam dos benefícios”.

Mais uma vez o jovem jornalista e agora escritor volta ao passado mais obscurantista para justificar seus argumentos supostamente modernos. Em sua cruzada contra as tentativas de ações e políticas públicas que estabeleçam a tão sonhada igualdade entre negros e não-negros (inclusive descendentes de espontâneos imigrantes levantinos, como ele) no Brasil, Kamel procura jogar os negros de pele mais clara (por ele derogatoriamente chamados “pardos”), como nós, contra os mais pigmentados, como alguns de nossos familiares e amigos, militantes da mesma causa. Exatamente como ensinou Maquiavel; e como fizeram os europeus na África, do século XV ao XX. Lamentavelmente.

NEI LOPES é músico e escritor.